

PLANO & PLANO DESENVOLVIMENTO IMOBILIÁRIO S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 24.230.275/0001-80

NIRE nº 35300555830

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 24 DE ABRIL DE 2025

- 1. DATA, HORA E LOCAL:** Aos 24 dias do mês de abril de 2025, às 15:00 horas, na sede social da **Plano & Plano Desenvolvimento Imobiliário S.A.** (“Companhia”) localizada na Cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Gerivatiba, nº 207, conjunto 172, 18º andar, Butantã, CEP 05501-900 (“AGOE”).
- 2. CONVOCAÇÃO:** Convocada conforme edital de convocação publicado no jornal O Dia, nas edições dos dias 22, 23, 24, 25 e 26 de março de 2025, às folhas de nº 05, em cumprimento ao disposto no artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das S.A.”).
- 3. PRESENÇA:** Presentes os acionistas representando 78,2 % (setenta e oito vírgula dois por cento) do capital social da Companhia, em Assembleia Geral Ordinária e em Assembleia Geral Extraordinária, excluídas as ações em tesouraria, conforme assinaturas lançadas no Livro de Presença de Acionistas e manifestações de voto via boletim de voto à distância. Presentes, ainda, (i) os Srs. João Luís Ramos Hopp, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia; (ii) Rodrigo Fairbanks von Uhlendorff, Diretor Presidente e membro do Conselho de Administração da Companhia, (iii) os Sr. João Verner Juenemann, Presidente do Conselho Fiscal da Companhia; (iv) a Sr. Maria Aparecida Regina Cozero Abdo, representante da Grant Thornton Auditores Independentes, empresa responsável pela auditoria das Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 (“Auditores Independentes”); e (v) Henrique Hildebrand Garcia, Diretor Jurídico da Companhia.
- 4. COMPOSIÇÃO DA MESA:** Sr. Rodrigo Fairbanks von Uhlendorff – Presidente, e Sr. Henrique Hildebrand Garcia – Secretário.
- 5. ORDEM DO DIA:** Discutir e deliberar sobre as seguintes matérias: **Em Assembleia Geral Ordinária:** (i) tomar as contas dos Administradores da Companhia, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras e o relatório da administração, acompanhados dos relatórios dos auditores independentes, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria Estatutário, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024;; (ii) deliberar a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; (iii) deliberar a proposta de Orçamento de Capital para o exercício social de 2025; (iv) deliberar o pagamento da participação dos Administradores no lucro do exercício social findo em 31 de dezembro de 2024; (v) fixar o número de membros que comporá o Conselho de Administração da Companhia em 6 (seis) membros, em caso de eleição por voto majoritário ou voto múltiplo, sendo que tal número poderá ser acrescido em até 1 (um) membro, ou seja, para 7 (sete) membros no total, em caso de solicitação de votação em separado, na forma do artigo 14 do Estatuto Social da Companhia; (vi) eleger os membros do Conselho de Administração, com mandato unificado de 1 (um) ano, na forma do artigo 14 do Estatuto Social da Companhia; e (vii) fixar a remuneração global anual dos Administradores, dos membros do Comitê de Auditoria e dos membros do Conselho Fiscal, se instalado, da

Companhia para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2025; e **Em Assembleia Geral Extraordinária:** (i) deliberar sobre a alteração do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia para refletir o cancelamento de parte das ações mantidas em tesouraria, conforme aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 04 de setembro de 2024; (ii) deliberar sobre o reajuste nos valores de celebração de contratos e garantias, transações com partes relacionadas, e aquisição, cessão e/ou alienação de participação em capital social ou de bens do ativo permanente da Companhia, sujeitas à aprovação pelo Conselho de Administração, com a consequente alteração do artigo 17, itens (o), (p), (q), (r), e (s) do Estatuto Social da Companhia; e (iii) deliberar sobre a consolidação do Estatuto Social da Companhia, afim de refletir as alterações objeto das deliberações (2.1), e (2.ii) acima, caso aprovadas..

6. DOCUMENTOS: Foram colocados à disposição dos acionistas na sede social, no endereço eletrônico (<https://ri.planoepiano.com.br/>) e devidamente apresentados à CVM e à B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, nos termos da legislação aplicável: (i) o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da Companhia, todos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, acompanhados dos relatórios dos Auditores Independentes e do Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia, conforme publicadas no jornal O Dia no dia 14 de março de 2025; bem como (ii) a Proposta da Administração relativa ao Edital de Convocação mencionado no item 2 da presente ata e demais documentos pertinentes à ordem do dia da AGOE. Por serem de conhecimento de todos os presentes, os documentos referidos neste item tiveram sua leitura dispensada.

7. DELIBERAÇÕES: Após análise e discussão das matérias constantes da ordem do dia, os acionistas presentes, sem quaisquer restrições, deliberaram o quanto segue:

Em Assembleia Geral Ordinária:

7.1 Aprovar, por maioria de votos, com a abstenção dos legalmente impedidos, com 73.549.802 votos favoráveis e 82.432.853 abstenções e 29 votos contrários, as contas dos administradores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da Companhia e suas respectivas Notas Explicativas, todos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, acompanhados dos relatórios dos Auditores Independentes, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia.

7.2 Aprovar, por maioria de votos, com 148.832.461 votos favoráveis, 29 votos contrários e 7.150.194 abstenções, a destinação do lucro líquido no valor de R\$ 343.824.341,41 (trezentos e quarenta e três milhões, oitocentos e vinte e quatro mil, trezentos e quarenta e um reais e quarenta e um centavos), apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, da seguinte forma:

- (i) R\$ 8.179.638,74 (oito milhões, cento e setenta e nove mil, seiscentos e trinta e oito reais e setenta e quatro centavos), equivalentes a 2,38% (dois inteiros e trinta e oito centésimos por cento) do lucro líquido do exercício, para a constituição da Reserva Legal nos termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 193 da Lei das S.A.;
- (ii) R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), à distribuição de dividendos obrigatórios, representativos de 59,59 % (cinquenta e nove virgula cinquenta e

nove por cento) do lucro líquido ajustado, equivalente a R\$ 1,00601344537 por ação ordinária da Companhia, declarados pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em dia 23 de janeiro de 2025, *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária, imputados ao montante do dividendo mínimo obrigatório previsto no parágrafo 2º do artigo 26 do Estatuto Social da Companhia; e

- (iii) R\$ 135.644.702,67 (cento e trinta e cinco milhões, seiscentos e quarenta e quatro mil, setecentos e dois reais e sessenta e sete centavos) para destinação à conta de retenção de lucros, na forma do artigo 196 da Lei das S.A., com base no orçamento de capital constante do Anexo II.I à Proposta da Administração, conforme aprovado no item 7.3 da presente ata.

7.2.1. Fica consignado que os dividendos indicados no item (ii) acima foram declarados em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada no dia 23 de janeiro de 2025 e pagos em 04 de fevereiro de 2025, à conta de lucros acumulados apurados com base no balanço intermediário encerrado em 30 de setembro de 2024, publicado em 13 de novembro de 2024, conforme Informações Trimestrais 3º trimestre de 2024. Conforme consta da ata da referida Reunião, a distribuição dos dividendos intercalares foi realizada *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária da Companhia, nos termos dispostos no artigo 204, §2º da Lei das S.A., e no artigo 27 do Estatuto Social da Companhia, e serão imputados ao mínimo obrigatório referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

7.3 Aprovar, por maioria de votos, com 148.832.461 votos favoráveis, 29 votos contrários e 7.150.194 abstenções, o orçamento de capital da Companhia, no valor de R\$ 135.644.702,67 (cento e trinta e cinco milhões, seiscentos e quarenta e quatro mil, setecentos e dois reais e sessenta e sete centavos), para o exercício social que se encerrará em 31 de dezembro de 2025, nos termos do artigo 196 da Lei das S.A., com o objetivo de atender às necessidades de recursos para investimentos em aquisição de terrenos e expansão e produtividade, incluindo capital de giro, conforme previsto no Anexo II.I da Proposta da Administração.

7.4 Aprovar, por maioria de votos, com 148.832.429 votos favoráveis, 161 votos contrários e 7.150.094 abstenções, o pagamento dos Administradores no valor de R\$ 7.603.590,60 (sete milhões, seiscentos e três mil, quinhentos e noventa reais e sessenta centavos), a ser distribuída até o dia 05 de maio de 2025, de acordo com a individualização de valores a ser deliberada em Reunião do Conselho de Administração da Companhia, a título de participação nos lucros do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, observado o limite imposto no parágrafo 1º do artigo 152 da Lei das S.A.

7.5 Aprovar, por maioria de votos, com 147.943.795 votos favoráveis, 286 votos contrários e 8.038.603 abstenções, que o Conselho de Administração da Companhia será composto por 6 (seis) membros, todos efetivos, nos termos do artigo 14, *caput*, do Estatuto Social da Companhia.

7.6 Aprovar, por maioria de votos, com 146.183.608 votos favoráveis, 2.627.443 votos contrários e 7.171.633 abstenções a eleição da seguinte chapa para o Conselho de Administração, indicados na forma da Proposta da Administração, com mandato até a

data de realização da Assembleia Geral Ordinária que examinar as demonstrações financeiras do exercício social a findar-se em 31 de dezembro de 2025:

- (i) Sr. **Rodrigo Uchoa Luna**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 13.522.210-2, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF nº 171.461.938-96; residente e domiciliado na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Gerivatiba, nº 207, conjunto 172, Butantã, CEP 05501-900, como membro efetivo;
- (ii) Sr. **Rodrigo Fairbanks von Uhendorff**, brasileiro, divorciado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 14.818.164-8, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF nº 089.012.428-00; residente e domiciliado na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Gerivatiba, nº 207, conjunto 172, Butantã, CEP 05501-900, como membro efetivo;
- (iii) Sr. **Efraim Schmuel Horn**, brasileiro, casado, administrador, portador da Cédula de Identidade RG nº 33.890.529, expedida pelo SSP/SP, e inscrito no CPF/MF nº 221.487.098-95, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Gerivatiba, nº 207, conjunto 172, Butantã, CEP 05501-900, como membro efetivo;
- (iv) Sr. **Miguel Maia Mickelberg**, brasileiro, casado, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 62.680.742-6, expedida pelo SSP/SP, e inscrito no CPF/MF nº 006.105.080-67, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Gerivatiba, nº 207, conjunto 172, Butantã, CEP 05501-900, como membro efetivo;
- (v) Sra. **Mônica Pires da Silva**, brasileira, convivente em união estável, contadora/advogada, portadora da Cédula de Identidade RG nº 06049365-7, expedida pelo SECC-RJ, e inscrita no CPF/MF nº 806.150.317-49, residente e domiciliada na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Gerivatiba, nº 207, conjunto 172, Butantã, CEP 05501-900, como membro efetivo, consignando a sua condição de membro independente conforme definido pelo Anexo K da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada (“Resolução CVM nº 80/22”) e pelo Regulamento do Novo Mercado; e
- (vi) Sr. **Nelson Roseira Gomes Neto**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.333.809-9, expedida pelo SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 601.947.909-91, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Gerivatiba, nº 207, conjunto 172, Butantã, CEP 05501-900, como membro efetivo, consignando a sua condição de membro independente conforme definido pelo Anexo K da Resolução CVM nº 80/22 e pelo Regulamento do Novo Mercado.

7.6.1 Os Srs. **Mônica Pires da Silva** e **Nelson Roseira Gomes Neto**, ora eleitos, apresentaram declarações acerca do atendimento aos critérios de independência estabelecidos no Anexo K da Resolução CVM nº 80/22 e no Regulamento do Novo Mercado, verificadas pelos acionistas presentes, e, portanto, são eleitos pelos acionistas como membros independentes do Conselho de Administração da Companhia, estando

devidamente atendido o número mínimo de membros independentes exigido nos referidos normativos.

7.6.2 A posse de cada um dos membros do Conselho de Administração ora eleitos fica condicionada: (a) à apresentação da respectiva declaração de desimpedimento, nos termos da legislação aplicável; e (b) à assinatura do respectivo termo de posse, lavrado em livro próprio da Companhia. Fica consignado que as declarações de desimpedimento e termos de posse dos membros do Conselho de Administração ora eleitos ficam arquivados na sede social da Companhia.

7.7 Tendo em vista o recebimento de pedido de instalação do Conselho Fiscal por acionistas titulares de ações representativas de mais de 2% (dois por cento) do capital social da Companhia, nos termos do artigo 4º da Resolução CVM nº 70, de 22 de março de 2022, , do parágrafo 1º do artigo 161 da Lei das Sociedades por Ações e do artigo 23 do Estatuto Social da Companhia, aprovar a instalação do Conselho Fiscal da Companhia com (i) a fixação do número de membros do Conselho Fiscal da Companhia em 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, e (ii) a eleição dos seguintes membros com mandato até a data de realização da Assembleia Geral Ordinária que vier a deliberar sobre as demonstrações financeiras do exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2025, registrando-se os votos favoráveis, contrários e abstenções indicados abaixo:

Eleitos em votação em separado:

- (i) Srs. **João Pedro Raghianti Bispo**, brasileiro, solteiro, administrador, portador da Cédula de Identidade RG nº 53.108.286-6, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 510.319.278-08, residente e domiciliado cidade de Valinhos, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Gerivatiba, nº 207, conjunto 172, Butantã, 05501-900, como **membro efetivo do Conselho Fiscal**, e **Roberto Frota Decourt**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 23.763.16, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 212.672.418-29, residente e domiciliado na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, com endereço comercial na Rua Gerivatiba, nº 207, conjunto 172, Butantã, 05501-900, **como seu suplente**, tendo sido eleitos por maioria de votos, com 11.401.639 votos favoráveis, 29 votos contrários e 107.788 abstenções.

Eleitos em votação geral:

- (i) Srs. **Euchério Lerner Rodrigues**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 368538, expedido pela Min/Aer, inscrito no CPF sob o nº 773.156.267-00, residente e domiciliado na cidade e Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Gerivatiba, nº 207, conjunto 172, Butantã, 05501-900, como **membro efetivo do Conselho Fiscal**, e **Agaldo Santos Pereira**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.972.527, inscrito no CPF sob o nº 242.486.497-72, residente e domiciliado na cidade e Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Gerivatiba, nº 207, conjunto 172, Butantã, 05501-900, **como seu suplente**, tendo sido eleitos por maioria de votos, com 76.037.663 votos favoráveis e 68.435.350 abstenções e 29 votos contrários; e

- (ii) Srs. **João Verner Juenemann**, brasileiro, casado, contador e administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade CRC-RS 9982/0-5, inscrito no CPF sob o nº 000.952.490-87, residente e domiciliado na cidade e Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Gerivatiba, nº 207, conjunto 172, Butantã, 05501-900, como **membro efetivo do Conselho Fiscal**, e **Maria Carmen Westerlund Montera**, brasileira, solteira, economista, inscrita no CPF sob o nº 362.882.927-53 e no CORECON/RJ sob o nº 11.885, residente e domiciliada na cidade e Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Gerivatiba, nº 207, conjunto 172, Butantã, 05501-900, **como seu suplente**, tendo sido eleitos por maioria de votos, com 76.037.663 votos favoráveis e 68.435.350 abstenções e 29 votos contrários.

7.7.1 A posse de cada um dos membros do Conselho Fiscal ora eleitos fica condicionada: (a) à apresentação da respectiva declaração de desimpedimento, nos termos da legislação aplicável; e (b) à assinatura do respectivo termo de posse, lavrado em livro próprio da Companhia. Fica consignado que as declarações de desimpedimento e termos de posse dos membros do Conselho Fiscal ora eleitos ficam arquivados na sede social da Companhia.

7.8 Aprovar, por maioria de votos, com 154.416.773 votos favoráveis, 97.387 votos contrários e 1.468.524 abstenções, a remuneração anual global do Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Comitê de Auditoria da Companhia para o exercício social de 2025, no montante global de até R\$ 37.500.000,00 (trinta e sete milhões e quinhentos mil reais), sendo destinados até (i) R\$ 900.000,00 (novecentos mil reais) para a remuneração fixa anual do Conselho de Administração; (ii) R\$ 35.900.000,00 (trinta e cinco milhões e novecentos mil reais) para a remuneração fixa e variável anual da Diretoria Executiva; (iii) R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) para a remuneração fixa anual do Comitê de Auditoria Estatutário; e (iv) R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) para o Conselho Fiscal, na forma do §3º do artigo 163 da Lei das S.A., nos termos da Proposta da Administração, e cuja distribuição individual será deliberada pelo Conselho de Administração, nos termos do item (i) do artigo 17 do Estatuto Social da Companhia.

Em Assembleia Geral Extraordinária:

7.8 Aprovar, por maioria de votos, com 147.944.214 votos favoráveis, 94 votos contrários e 7.150.097 abstenções, a alteração do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, de modo a refletir o atual número de ações em circulação da Companhia, após o cancelamento de 355.000 (trezentos e cinquenta e cinco mil) ações ordinárias de emissão da Companhia que estavam mantidas em tesouraria, sem redução do valor do capital social, deliberado na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 04 de setembro de 2024. O *caput* do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia passará a vigor com a redação abaixo:

“Artigo 5º - O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 175.288.042,27 (cento e setenta e cinco milhões, duzentos e vinte e oito mil, quarenta e dois reais e vinte e sete centavos), dividido em 203.901.000 (duzentos e três milhões e novecentos e um mil) de ações, todas ordinárias, escriturais, nominativas e sem valor nominal. “

7.8.1 Fica consignado que o cancelamento das ações ordinárias aprovado pelo Conselho e Administração da Companhia foi realizado na forma do artigo 8º do Estatuto Social da Companhia e visava a adequação do número de ações mantidas em tesouraria pela Companhia ao limite de fixado no artigo 9º da Resolução CVM nº 77, de 29 de março de 2022, conforme alterada. Após o cancelamento das ações, o saldo das ações mantidas em tesouraria permaneceu de 5.451.500 (cinco milhões, quatrocentos e cinquenta e um mil e quinhentas) ações ordinárias, que representa o total de 9,9955% das ações da Companhia em circulação.

7.9 Aprovar, por maioria de votos, com 147.944.191 votos favoráveis, 113 votos contrários e 7.150.101 abstenções, o reajuste nos valores de celebração de contratos e garantias, transações com partes relacionadas, e aquisição, cessão e/ou alienação de participação em capital social ou de bens do ativo permanente da Companhia, sujeitas à aprovação pelo Conselho de Administração com a consequente alteração do artigo 17, alíneas (o), (p), (q), (r) e (s) do Estatuto Social da Companhia, de modo que passarão a vigorar com a seguinte redação:

“Artigo 17 - Além das matérias estabelecidas no artigo 142 da Lei das Sociedades por Ações, as seguintes matérias serão de competência do Conselho de Administração:

[...]”

(o) celebração de qualquer contrato ou assunção de qualquer obrigação pela Companhia (i) cujo valor envolvido supere o montante de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais); ou (ii) independentemente de valor envolvido, se não diretamente relacionado ao objeto social da Companhia, desde que relacionadas ou complementares a referido objeto social;

(p) prestação, pela Companhia, de quaisquer garantias reais e/ou fidejussórias em favor de suas subsidiárias ou relacionadas a obrigações da Companhia, cujo valor exceda R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais);

(q) exceto pelo disposto no item “(p)” acima, transações com partes relacionadas em valor superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais);

(r) aquisição, cessão e/ou alienação de participação em capital social superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), exceto para a constituição de pessoas jurídicas controladas pela Companhia e que tenham sido constituídas para a implementação de um ou mais projetos imobiliários da Companhia;

(s) aquisição, alienação ou oneração de bens do ativo permanente da Companhia ou de uma subsidiária, cujo valor individual e/ou conjunto de todas as operações, seja superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais); [...].”

7.10 Aprovar, por maioria de votos, com 147.944.214 votos favoráveis, 94 votos contrários e 7.150.097 abstenções, a consolidação do Estatuto Social da Companhia, a fim de refletir as alterações de seu Artigo 5º, objeto da deliberação aprovada no item 7.8 acima, e a alteração de seu Artigo 17, objeto da deliberação aprovada no item 7.9 acima, que passará a vigorar na forma do Anexo II à presente ata.

8. ENCERRAMENTO: Encerrados os trabalhos e suspensa a AGOE pelo tempo necessário à lavratura desta ata, e aprovada por unanimidade dos acionistas presentes a lavratura desta ata na forma de sumário e sua publicação com a omissão das assinaturas dos acionistas, nos termos do artigo 130, §1º e § 2º da Lei das Sociedades por Ações, a qual após ter sido reaberta a sessão, foi lida, achada conforme, aprovada e assinada pelos presentes, tendo sido considerados signatários da ata os acionistas cujos boletins de voto à distância foram considerados válidos pela Companhia, nos termos do artigo 47 da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada (“Resolução CVM nº 81/22”). As manifestações de voto e abstenções foram apresentadas, autenticadas pela mesa e arquivadas na sede social. Os votos manifestados pelo mecanismo de boletim de voto à distância, nos termos da Resolução CVM nº 81/22, foram arquivados na Companhia. A lista de acionistas presentes consta do Anexo I à presente ata.

Confere com a original lavrada em livro próprio.

São Paulo, 24 de abril de 2025.

Mesa:

Rodrigo Fairbanks von Uhlendorff
Presidente da Mesa

Henrique Hildebrand Garcia
Secretário da Mesa

Anexo I

**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 24 DE ABRIL DE 2025, ÀS 15 HORAS**

LISTA DE ACIONISTAS

Nos termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 47 da Resolução CVM nº 81/22, os acionistas presentes são considerados signatários da ata desta Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária.

Em Assembleia Geral Ordinária:

Acionistas presentes fisicamente:

RODRIGO FAIRBANKS VON UHLENDORFF

RODRIGO UCHOA LUNA
p.p. Henrique Hildebrand Garcia

JOÃO LUÍS RAMOS HOPP

CLUBE DE INVESTIMENTO PADOVA
p.p. Ricardo José Martins Gimenez

CLUBE DE INVESTIMENTO VERONA
p.p. Ricardo José Martins Gimenez

ITAÚ SMALL CAP MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO
p.p. Ricardo José Martins Gimenez

IT NOW IGCT FUNDO DE INDICE
p.p. Ricardo José Martins Gimenez

IT NOW SMALL CAP FUNDO DE INDICE
p.p. Ricardo José Martins Gimenez

ITAÚ GOVERNANÇA CORPORATIVA AÇÕES FUNDO DE INVESTIMENTO
SUSTENTÁVEL
p.p. Ricardo José Martins Gimenez

ITAÚ QUANTAMENTAL GEMS MASTER AÇÕES FUNDO DE INVESTIMENTO
p.p. Ricardo José Martins Gimenez

WM SMALL CAP FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES
p.p. Ricardo José Martins Gimenez

Acionistas presentes por meio de boletim de voto a distância:

MAKCEMIUK FIA BDR NIVEL I

TORK LONG ONLY ITAU PREV FIFE FIA

CYRELA BRAZIL REALTY S.A EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES

BOJLESEN FUNDO DE INVESTIMENTO DE AÇÕES - BDR NIVEL I

EVERTON DOS SANTOS MATOS

RONALDO BELEDELLI PELLIN

WALDECI DUTRA CASTELHANO

MARCELO MONTEIRO DA COSTA

THOMAS MAGNO DE JESUS SILVEIRA

ROBERTO JUNQUEIRA DE MORAES

ALEXANDRE PRADO ROCHA

ROBERTO LEAL VACCARI

ANDRE MARINO KULLER

JOSE LUIZ MECHIA FERNANDES

EZEQUIEL RODRIGUES DE OLIVEIRA

ANDERSON RICARDO DO NASCIMENTO SILVA

JORGE EDUARDO FOUTO MATIAS

LUCAS MIRANDA DE MELO

KAUE LEIVINGSON ROMERO MELO

FRANCILENE DOS SANTOS TEIXEIRA

FRANCISCO OLAVIO TEIXEIRA COUTINHO

LUIZ CARLOS DELGADO

HENRI IVANOV BOUDINOV

SALVADOR FERNANDES DE JESUS JUNIOR

ONIVALDO ZANGIACOMO

IARAN ANTONIO IZIDORO SANTOS DE OLIVEIRA

PER VALUE FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES

CALIFORNIA PUBLIC EMPLOYEES RETIREMENT SYSTEM

TEACHER RETIREMENT SYSTEM OF TEXAS

COMMONWEALTH OF PENNSYLV.PUB.SCHOOL EMP RET S

THE PENSION RESERVES INVESTMENT MANAGEMENT BOARD

TEACHERS RETIREMENT SYSTEM OF THE STATE OF ILLINOIS

UTAH STATE RETIREMENT SYSTEMS

NEW ENGLAND CARPENTERS PENSION FUND

EMER MKTS CORE EQ PORT DFA INVEST DIMENS GROU

ALASKA PERMANENT FUND

THE STATE TEACHERS RETIREMENT SYSTEM OF OHIO

NATIONAL RAILROAD RETIREMENT INVESTMENT TRUST

MONTANA BOARD OF INVESTMENTS

THE BOEING COMPANY EMPLOYEE SAVINGS PLANS MASTER TRUST

SPDR SP EMERGING MARKETS SMALL CAP ETF

VANECK VECTORS BRAZIL SMALL-CAP ETF

EMPLOYEES RETIREMENT SYSTEM OF TEXAS

ACADIAN EMERGING MARKETS SMALL CAP EQUITY FUND LLC

LAZARD ASSET MANAGEMENT LLC

ARROWSTREET US GROUP TRUST

ACADIAN ACWI EX US-SMALL CAP FUND LLC

CC AND L Q 140-40 FUND

CCL U.S. Q MARKET NEUTRAL ONSHORE FUND II

TORK MASTER FIA

TORK LONG ONLY INSTITUCIONAL MASTER FIA

CCL Q EMERGING MARKETS EQUITY FUND

AMERICAN CENTURY ETF TRUST - AVANTIS EMERGING MARK

AMERICAN CENTURY ETF TRUST - AVANTIS EMERGING MARK

TORK LONG ONLY MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES

DIMENSIONAL EMERGING CORE EQUITY MARKET ETF OF DIM

JOULE VALUE MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES

AMERICAN CENTURY ETF TRUST-AVANTIS EMERGING MARKET

AMERICAN CENTURY ETF TRUST-AVANTIS RESPONSIBLE EME

AMERICAN CENTURY ETF TRUST - AVANTIS EMERGING MARK

ARROWSTREET CLARENDON TRUST FUND

AMERICAN CENTURY ETF TRUST - AVANTIS EMERGING MARK

ARROWSTREET (DELAWARE) CUSTOM ALPHA EXTENSION FUND

TORK EQUITY HEDGE PLUS FIF ACOES

TORK EQUITY HEDGE FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO EM ACOES

Em Assembleia Geral Extraordinária:

Acionistas presentes fisicamente:

RODRIGO FAIRBANKS VON UHLENDORFF

RODRIGO UCHOA LUNA
p.p. Henrique Hildebrand Garcia

JOÃO LUÍS RAMOS HOPP

CLUBE DE INVESTIMENTO PADOVA
p.p. Ricardo José Martins Gimenez

CLUBE DE INVESTIMENTO VERONA
p.p. Ricardo José Martins Gimenez

ITAÚ SMALL CAP MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO
p.p. Ricardo José Martins Gimenez

IT NOW IGCT FUNDO DE INDICE
p.p. Ricardo José Martins Gimenez

IT NOW SMALL CAP FUNDO DE INDICE
p.p. Ricardo José Martins Gimenez

ITAÚ GOVERNANÇA CORPORATIVA AÇÕES FUNDO DE INVESTIMENTO
SUSTENTÁVEL
p.p. Ricardo José Martins Gimenez

ITAÚ QUANTAMENTAL GEMS MASTER AÇÕES FUNDO DE INVESTIMENTO
p.p. Ricardo José Martins Gimenez

WM SMALL CAP FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES
p.p. Ricardo José Martins Gimenez

Acionistas presentes por meio de boletim de voto a distância:

TORK LONG ONLY ITAU PREV FIFE FIA

CYRELA BRAZIL REALTY S.A EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES

EVERTON DOS SANTOS MATOS

RONALDO BELEDELLI PELLIN

WALDECI DUTRA CASTELHANO

MARCELO MONTEIRO DA COSTA

THOMAS MAGNO DE JESUS SILVEIRA

ELMINDO PINHEIRO GONCALVES

ROBERTO JUNQUEIRA DE MORAES

ALEXANDRE PRADO ROCHA

ROBERTO LEAL VACCARI

ANDRE MARINO KULLER

JOSE LUIZ MECHIA FERNANDES

EZEQUIEL RODRIGUES DE OLIVEIRA

ANDERSON RICARDO DO NASCIMENTO SILVA

GABRIEL TAKASHI MAEDA

JORGE EDUARDO FOUTO MATIAS

DEBORAH ALVES DE OLIVEIRA

LUCAS MIRANDA DE MELO

KAUE LEIVINGSON ROMERO MELO

FRANCILENE DOS SANTOS TEIXEIRA

FRANCISCO OLAVIO TEIXEIRA COUTINHO

LUIZ CARLOS DELGADO

HENRI IVANOV BOUDINOV

SALVADOR FERNANDES DE JESUS JUNIOR

IARAN ANTONIO IZIDORO SANTOS DE OLIVEIRA

PER VALUE FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES

CALIFORNIA PUBLIC EMPLOYEES RETIREMENT SYSTEM

TEACHER RETIREMENT SYSTEM OF TEXAS

COMMONWEALTH OF PENNSYLV.PUB.SCHOOL EMP RET S

THE PENSION RESERVES INVESTMENT MANAGEMENT BOARD

TEACHERS RETIREMENT SYSTEM OF THE STATE OF ILLINOIS

UTAH STATE RETIREMENT SYSTEMS

NEW ENGLAND CARPENTERS PENSION FUND

EMER MKTS CORE EQ PORT DFA INVEST DIMENS GROU

ALASKA PERMANENT FUND

THE STATE TEACHERS RETIREMENT SYSTEM OF OHIO

NATIONAL RAILROAD RETIREMENT INVESTMENT TRUST

MONTANA BOARD OF INVESTMENTS

THE BOEING COMPANY EMPLOYEE SAVINGS PLANS MASTER TRUST

SPDR SP EMERGING MARKETS SMALL CAP ETF

VANECK VECTORS BRAZIL SMALL-CAP ETF

EMPLOYEES RETIREMENT SYSTEM OF TEXAS

ACADIAN EMERGING MARKETS SMALL CAP EQUITY FUND LLC

LAZARD ASSET MANAGEMENT LLC

ARROWSTREET US GROUP TRUST

ACADIAN ACWI EX US-SMALL CAP FUND LLC

CC AND L Q 140-40 FUND

CCL U.S. Q MARKET NEUTRAL ONSHORE FUND II

CCL MULTI-STRATEGY FUND

TORK MASTER FIA

TORK LONG ONLY INSTITUCIONAL MASTER FIA

TORK PREV FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES FIFE

CCL Q EMERGING MARKETS EQUITY FUND

AMERICAN CENTURY ETF TRUST - AVANTIS EMERGING MARK

AMERICAN CENTURY ETF TRUST - AVANTIS EMERGING MARK

TORK LONG ONLY MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES

DIMENSIONAL EMERGING CORE EQUITY MARKET ETF OF DIM

JOULE VALUE MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES

AMERICAN CENTURY ETF TRUST-AVANTIS EMERGING MARKET

AMERICAN CENTURY ETF TRUST-AVANTIS RESPONSIBLE EME

AMERICAN CENTURY ETF TRUST - AVANTIS EMERGING MARK

ARROWSTREET CLARENDON TRUST FUND

AMERICAN CENTURY ETF TRUST - AVANTIS EMERGING MARK

ARROWSTREET (DELAWARE) CUSTOM ALPHA EXTENSION FUND

TORK EQUITY HEDGE PLUS FIF ACOES

TORK EQUITY HEDGE FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO EM ACOES

Anexo II

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 25 DE ABRIL DE 2024, ÀS 15 HORAS

ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO

Capítulo I

Denominação, Sede, Objeto e Duração

Artigo 1º - A Plano & Plano Desenvolvimento Imobiliário S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital autorizado, regida pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis.

Parágrafo 1º – Com o ingresso da Companhia no Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, incluindo acionistas controladores, administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento do Novo Mercado.

Parágrafo 2º – A Companhia, seus administradores e acionistas deverão observar o disposto no Regulamento para Listagem de Emissores e Admissão à Negociação de Valores Mobiliários, incluindo as regras referentes à retirada e exclusão de negociação de valores mobiliários admitidos nos Mercados Organizados administrados pela B3.

Artigo 2º - A Companhia tem sua sede e foro na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Gerivatiba, nº 207, conjunto 172, Butantã, CEP 05501-900, e poderá, por deliberação da Diretoria, abrir, transferir e/ou encerrar filiais, depósitos, agências ou representação em qualquer localidade do país ou do exterior.

Artigo 3º - A Companhia tem por objeto social: (i) prestação de serviços em obras de construção civil, mediante contrato de administração, fiscalização, empreitada ou subempreitada, sem fornecimento de materiais, por conta própria ou para terceiros, e outras atividades necessárias para execução dos empreendimentos imobiliários; (ii) a venda e compra de imóveis; (iii) a locação de bens imóveis próprios; (iv) o desmembramento ou loteamento de terrenos; (v) a incorporação imobiliária; (vi) desenhos técnicos, aprovações de projetos, administração e fiscalização de obras, construção civil por conta própria ou para terceiros; (vii) o desenvolvimento e a implementação de estratégias de marketing relativas a empreendimentos imobiliários próprios e de terceiros; (viii) a administração de carteira de recebíveis de financiamentos imobiliários ou de empreendimentos imobiliários próprios ou de terceiros; e (ix) a participação em outras sociedades, empreendimentos e consórcios, como acionista, sócia, quotista ou consorciada, no Brasil e no exterior.

Artigo 4º - O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

Capítulo II **Capital Social e Ações**

Artigo 5º - O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$175.228.042,27 (cento e setenta e cinco milhões, duzentos e vinte e oito mil e quarenta e dois reais e vinte e sete centavos), dividido em 203.901.000 (duzentas e três milhões e novecentos e um mil) de ações, todas ordinárias, escriturais, nominativas e sem valor nominal.

Parágrafo 1º - É vedada a emissão pela Companhia de ações preferenciais ou partes beneficiárias.

Parágrafo 2º - O capital social da Companhia será exclusivamente representado por ações ordinárias e cada ação ordinária conferirá ao seu titular o direito a 1 (um) voto nas deliberações das Assembleias Gerais de acionistas.

Parágrafo 3º - As ações serão indivisíveis em relação à Companhia. Quando a ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos a ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio.

Parágrafo 4º - Todas as ações da Companhia são escriturais e serão mantidas em contas de depósito, em nome de seus titulares, junto à instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) com quem a Companhia mantenha contrato de custódia em vigor, sem emissão de certificados. Os custos do serviço de transferência da propriedade das ações escriturais poderão ser cobrados diretamente do acionista pela instituição depositária, conforme venha a ser definido no contrato de escrituração de ações, observados os limites eventualmente fixados na legislação vigente.

Artigo 6º - A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social até que seu valor total alcance R\$1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), independentemente de reforma estatutária.

Parágrafo 1º - O aumento do capital social dentro do limite autorizado será realizado mediante deliberação do Conselho de Administração, a quem competirá estabelecer as condições da emissão, inclusive se por subscrição pública ou privada, preço, prazo e forma de sua integralização.

Parágrafo 2º - Dentro do limite do capital autorizado, a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, poderá emitir ações ordinárias, bônus de subscrição e debêntures conversíveis em ações.

Artigo 7º - A Companhia poderá emitir ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição com exclusão do direito de preferência dos antigos acionistas, ou com redução do prazo para seu exercício, quando a colocação for feita mediante: (i) venda em bolsa ou subscrição pública; ou (ii) permuta de ações, em oferta pública de aquisição de controle, nos termos da lei, e dentro do limite do capital autorizado, conforme faculta o artigo 172 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”).

Artigo 8º - A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, adquirir as próprias ações para permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, até o montante do saldo de lucro e de reservas, exceto a reserva legal, a reserva de lucros a realizar, a reserva especial de dividendo obrigatório não distribuído e a reserva de incentivos fiscais, sem diminuição do capital social, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Artigo 9º - A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração e de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, outorgar ações ou opção de compra ou subscrição de ações, sem direito de preferência para os acionistas, em favor dos seus administradores, empregados e pessoas naturais prestadoras de serviços, podendo essa opção ser estendida aos administradores e empregados das sociedades controladas pela Companhia, direta ou indiretamente.

Capítulo III **Assembleias Gerais**

Artigo 10 - As Assembleias Gerais serão ordinárias e extraordinárias. As Assembleias Gerais ordinárias realizar-se-ão nos 4 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social e, as extraordinárias, sempre que houver necessidade, observados os dispositivos legais referentes à convocação, instalação, deliberações e demais prescrições legais pertinentes.

Parágrafo 1º - A Assembleia Geral será convocada com observância aos prazos legais aplicáveis. Será dispensada a convocação se verificada a presença da totalidade dos acionistas na Assembleia Geral.

Parágrafo 2º - A Assembleia Geral será instalada e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração. Na hipótese de ausência ou impedimento do Presidente do Conselho de Administração, a Assembleia Geral será instalada e presidida pelo Vice-Presidente ou, na sua ausência, por qualquer membro do Conselho de Administração ou, ainda, na ausência destes, por qualquer Diretor da Companhia presente escolhido pelos acionistas. Caberá ao Presidente da Assembleia Geral, em qualquer caso, escolher o Secretário da Mesa dentre os presentes à reunião.

Artigo 11 - As Assembleias Gerais somente serão instaladas em primeira convocação, com a presença de acionistas representando, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do capital social, salvo quando a Lei das Sociedades por Ações exigir quórum mais elevado, e, em segunda convocação, com qualquer número de acionistas.

Parágrafo 1º - Para tomar parte e votar na Assembleia Geral, o acionista deve provar, mediante documentação original ou cópia enviada por e-mail à Companhia, a sua qualidade como acionista, apresentando, preferencialmente, com 2 (dois) dias de antecedência da data da respectiva Assembleia Geral, (i) documento de identidade, caso o acionista seja pessoa física; (ii) atos societários que comprovem a representação legal e documento de identidade do representante, caso o acionista seja pessoa jurídica; e (iii) comprovante expedido pela instituição depositária referente às suas ações, datado de até 3 (três) dias úteis antes da realização da Assembleia Geral. Os procuradores de acionistas deverão exibir as respectivas procurações e comprovantes de identidade até o mesmo momento e pelo mesmo meio referido neste parágrafo. Os originais dos documentos referidos neste parágrafo, ou suas cópias, dispensada a autenticação e o reconhecimento de firma, deverão ser exibidos à Companhia até o momento da abertura dos trabalhos da respectiva Assembleia Geral.

Parágrafo 2º - Sem prejuízo do disposto acima, o acionista que comparecer à Assembleia Geral munido dos documentos referidos no Parágrafo 1º acima, até o momento da abertura dos trabalhos em assembleia, poderá participar e votar, ainda que tenha deixado de apresentá-los previamente.

Parágrafo 3º - Todas as matérias serão deliberadas por maioria de votos dos acionistas presentes, não sendo computados os votos em branco, exceto as matérias sujeitas a quórum qualificado ou especial por força de Lei e do Regulamento do Novo Mercado.

Parágrafo 4º - As atas da Assembleia Geral de acionistas serão lavradas, salvo decisão em contrário do Presidente da mesa da Assembleia Geral, na forma de sumário dos fatos ocorridos, inclusive dissidências e protestos, contendo a transcrição das deliberações tomadas e serão publicadas com omissão das assinaturas dos acionistas, observado o disposto no artigo 130 da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo 5º - A Assembleia Geral de acionistas somente poderá deliberar sobre assuntos previstos na ordem do dia, constantes do respectivo edital de convocação, ressalvadas as exceções previstas na Lei das Sociedades por Ações.

Artigo 12 - Sem prejuízo das demais matérias previstas em Lei, compete privativamente à Assembleia Geral deliberar sobre as matérias indicadas nos artigos 122, 132 e 136 da Lei das Sociedades por Ações, e, ainda:

- (i) atribuir bonificações em ações e decidir sobre eventuais grupamentos e desdobramentos de ações;

- (ii) aprovar ou alterar planos de outorga de ações ou de opção de compra ou subscrição de ações aos seus administradores, empregados e pessoas naturais prestadoras de serviços, assim como aos administradores, empregados e pessoas naturais prestadoras de serviços de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia;
- (iii) eleger ou destituir o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação;
- (iv) fixar o limite da remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal, caso instalado, da Companhia;
- (v) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração;
- (vi) deliberar sobre a política de distribuição de dividendos.

Capítulo IV **Administração**

Artigo 13 - A Companhia será administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria.

Parágrafo 1º - O cargo de Presidente do Conselho de Administração não poderá ser cumulado com o cargo de Diretor Presidente ou de principal executivo da Companhia.

Parágrafo 2º - O disposto no Parágrafo 1º acima não se aplicará na hipótese de vacância, sendo que, nesse caso, a Companhia deve (i) divulgar a acumulação de cargos em decorrência da vacância até o dia útil seguinte ao da ocorrência; (ii) divulgar, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da vacância, as providências tomadas para cessar a acumulação dos cargos; e (iii) cessar a acumulação no prazo de 1 (um) ano.

Parágrafo 3º - Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria serão investidos em seus respectivos cargos mediante assinatura de termo de posse lavrado em livro próprio, que deve contemplar sua sujeição à cláusula compromissória arbitral referida no artigo 33 deste Estatuto Social, observados os termos previstos no Regulamento do Novo Mercado, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis, e permanecerão em seus cargos até a investidura dos novos administradores eleitos.

Parágrafo 4º - Os Administradores da Companhia deverão aderir às Políticas vigentes da Companhia, mediante assinatura dos termos de adesão aplicáveis.

Parágrafo 5º - Os administradores, que poderão ser destituídos a qualquer tempo, permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos, salvo se diversamente deliberado pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração, conforme o caso. Caso o substituto venha a ser investido, este completará o mandato do administrador substituído.

Capítulo V

Conselho de Administração

Artigo 14 - O Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 7 (sete) membros, acionistas ou não, residentes ou não no Brasil, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 1 (um) ano, sendo permitida a reeleição.

Parágrafo 1º - O Conselho de Administração designará, entre seus membros, aqueles que desempenharão as funções de Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração.

Parágrafo 2º - Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser Conselheiros Independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, devendo a caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como Conselheiros Independentes ser deliberada na Assembleia Geral que os eleger.

Parágrafo 3º - Também será considerado como independente o conselheiro eleito mediante as faculdades previstas nos parágrafos 4º e 5º do artigo 141 da Lei das Sociedades por Ações, na hipótese de haver acionista controlador.

Parágrafo 4º - Quando, em decorrência do cálculo do percentual referido no Parágrafo 2º acima, o resultado gerar um número fracionário, a Companhia deve proceder ao arredondamento para o número inteiro imediatamente superior.

Artigo 15 - Em caso de vacância do cargo de qualquer membro do Conselho de Administração, o substituto será nomeado pelos Conselheiros remanescentes e servirá até a primeira Assembleia Geral subsequente. Para os fins deste artigo, ocorre a vacância com a destituição, morte, renúncia, impedimento comprovado ou invalidez.

Parágrafo Único - No caso de ausência ou impedimento temporário do Presidente do Conselho de Administração, suas atribuições serão exercidas pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração.

Artigo 16 - As reuniões do Conselho de Administração serão realizadas, ordinariamente, a cada trimestre, podendo, no entanto, ser realizadas sempre que necessário para as atividades sociais.

Parágrafo 1º - As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas pelo Presidente do Conselho de Administração, por meio de notificação escrita, inclusive e-mail, com pelo menos 7 (sete) dias de antecedência. A convocação da reunião deverá apresentar a agenda a ser tratada e decidida, bem como ser acompanhada da documentação disponível que embasa de maneira completa tal agenda e permita que os membros do Conselho de Administração possam deliberar sobre as matérias a serem discutidas.

Parágrafo 2º - Em caráter de urgência, as reuniões do Conselho de Administração poderão ser convocadas pelo Presidente do Conselho de Administração sem a observância do prazo previsto no Parágrafo 1º acima, desde que sejam inequivocamente justificadas todos os demais membros do Conselho de Administração.

Parágrafo 3º - Independentemente das formalidades previstas no parágrafo acima, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os Conselheiros.

Parágrafo 4º - As reuniões do Conselho de Administração serão instaladas com a presença da maioria dos membros em exercício, e as suas deliberações, inclusive propostas a serem submetidas à Assembleia Geral, serão aprovadas pela maioria dos membros presentes, com o voto de qualidade do Presidente do Conselho de Administração.

Parágrafo 5º - As reuniões do Conselho de Administração serão presididas pelo seu Presidente ou Vice-Presidente, quando aplicável, e na sua ausência por qualquer dos Conselheiros, escolhido por maioria dos votos dos demais membros presentes. O presidente da mesa escolherá o seu secretário dentre qualquer dos presentes.

Parágrafo 6º - Será considerado presente às reuniões do Conselho de Administração, o conselheiro que:

(i) nomear qualquer outro conselheiro como seu representante para votar em tal reunião, desde que a respectiva nomeação seja realizada por escrito e entregue ao presidente da mesa da reunião antes da sua instalação;

(ii) enviar seu voto por escrito ao presidente da mesa da reunião antes da sua instalação, via correio eletrônico (e-mail), carta registrada ou carta entregue em mãos; ou

(iii) participar das reuniões do Conselho de Administração por meio de videoconferência ou conferência telefônica, desde que envie seu voto por escrito

via correio eletrônico (e-mail), carta registrada ou carta entregue em mãos ao presidente da mesa da reunião antes do encerramento, lavratura e assinatura da respectiva ata, e todos os participantes possam ser claramente identificados, caso em que a reunião será considerada realizada no local onde estiver o Presidente da reunião.

Parágrafo 7º - Nas deliberações do Conselho de Administração, cada conselheiro, inclusive o Presidente do Conselho de Administração, terá direito a um voto.

Parágrafo 8º - Ao término da reunião, deverá ser lavrada ata, a qual deverá ser assinada por todos os conselheiros fisicamente presentes à reunião, por meio físico, eletrônico ou digital, no Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração da Companhia. Os votos proferidos por conselheiros que participarem remotamente da reunião do Conselho de Administração ou que tenham se manifestado na forma do Parágrafo 6º, alínea “(iii)” deste artigo, deverão igualmente constar no Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração, devendo a cópia da carta ou mensagem eletrônica, conforme o caso, contendo o voto do Conselheiro ser juntada a referido livro logo após a transcrição da ata.

Parágrafo 9º - Deverão ser publicadas e arquivadas no registro do comércio as atas de reunião do Conselho de Administração da Companhia que contiverem deliberação destinada a produzir efeitos perante terceiros.

Parágrafo 10 - O Conselho de Administração poderá admitir outros participantes em suas reuniões, com a finalidade de acompanhar as deliberações e/ou prestar esclarecimentos de qualquer natureza, vedado a estes, entretanto, o direito de voto.

Parágrafo 11 - Os membros do Conselho de Administração deverão abster-se de votar nas deliberações relacionada a matérias que representem conflito de interesses com a Companhia, devendo respeitar as regras relativas a conflito de interesse estabelecidas na Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo 12 - O Comitê de Auditoria, órgão de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração, é composto por, no mínimo, 3 (três) membros, sendo que ao menos 1 (um) é Conselheiro Independente e ao menos 1 (um) deve ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária.

- I O mesmo membro do Comitê de Auditoria pode acumular ambas as características referidas no *caput*.
- II As atividades do coordenador do Comitê de Auditoria estão definidas em seu Regimento Interno, aprovado pelo Conselho de Administração.

- III. Compete ao Comitê de Auditoria, entre outras matérias:
- (a) opinar sobre a contratação e destituição dos serviços de auditoria independente;
 - (b) avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras;
 - (c) acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia;
 - (d) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia;
 - (e) avaliar, monitorar, e recomendar à Administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a Política de Transações entre Partes Relacionadas; e
 - (f) possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação.

Artigo 17 - Além das matérias estabelecidas no artigo 142 da Lei das Sociedades por Ações, as seguintes matérias serão de competência do Conselho de Administração:

- (a) aumento do capital social da Companhia, dentro do capital autorizado, independentemente de reforma estatutária;
- (b) eleição, substituição ou destituição dos membros da Diretoria;
- (c) atribuição aos Diretores das respectivas funções, atribuições e limites de alçada não especificadas neste Estatuto Social;
- (d) criação e alteração dos comitês de assessoramento, a eleição de seus membros e a aprovação de seus regimentos internos;
- (e) atribuições da área de auditoria interna da Companhia;
- (f) orçamento do comitê de auditoria da Companhia, da área de auditoria interna e de eventuais outros comitês que sejam constituídos;
- (g) declaração de dividendos intermediários e intercalares e o pagamento de juros sobre capital próprio;

- (h) aprovação e alteração do plano de negócios, do plano de investimentos ou do orçamento anual da Companhia;
- (i) individualização da remuneração dos membros do Conselho de Administração, de seus comitês de assessoramento e da Diretoria da Companhia, incluindo as respectivas metas e remuneração variável para cada exercício social, observado o limite da remuneração global anual fixada pela Assembleia Geral;
- (j) emissão de (i) debêntures não conversíveis em ações, commercial papers, notas promissórias, bonds, notes; (ii) debêntures conversíveis em ações, dentro do limite do capital autorizado; e (iii) bônus de subscrição, dentro do limite do capital autorizado;
- (k) aquisição de ações de emissão da Companhia para permanência em tesouraria, cancelamento ou posterior alienação, observadas as disposições legais aplicáveis;
- (l) admissão de valores mobiliários de emissão da Companhia em quaisquer mercados e ofertas de valores mobiliários de sua emissão a serem realizadas pela própria Companhia, dentro do limite do capital autorizado;
- (m) contratação da instituição depositária prestadora dos serviços de ações escriturais;
- (n) resolução dos casos omissos neste Estatuto Social e exercer outras atribuições que a lei, o Regulamento do Novo Mercado ou este Estatuto Social não confirmam a outro órgão da Companhia;
- (o) celebração de qualquer contrato ou assunção de qualquer obrigação pela Companhia (i) cujo valor envolvido supere o montante de R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais); ou (ii) independentemente de valor envolvido, se não diretamente relacionado ao objeto social da Companhia, desde que relacionadas ou complementares a referido objeto social;
- (p) prestação, pela Companhia, de quaisquer garantias reais e/ou fidejussórias em favor de suas subsidiárias ou relacionadas a obrigações da Companhia, cujo valor exceda R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais);
- (q) exceto pelo disposto no item “(p)” acima, transações com partes relacionadas em valor superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais);

- (r) aquisição, cessão e/ou alienação de participação em capital social superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), exceto para a constituição de pessoas jurídicas controladas pela Companhia e que tenham sido constituídas para a implementação de um ou mais projetos imobiliários da Companhia;
- (s) aquisição, alienação ou oneração de bens do ativo permanente da Companhia ou de uma subsidiária, cujo valor individual e/ou conjunto de todas as operações, seja superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais);
- (t) definição e modificação de programas de outorga de ações ou de opção de compra ou subscrição de ações, de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, a administradores e empregados da Companhia ou de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia, ou a pessoas naturais que lhes prestem serviços, sem direito de preferência para os acionistas, na forma prevista neste Estatuto Social, sendo certo que a competência para a aprovação das outorgas poderá ser delegada pelo Conselho de Administração para um comitê do Conselho de Administração, conforme venha a ser permitido pelo plano aprovado pela Assembleia Geral; e
- (u) a fixação (e qualquer alteração posterior) de pagamento de bônus ou prêmio a qualquer empregado, conselheiro, diretor, administrador, sociedade controlada ou acionista da Companhia.

Parágrafo Único - Todos os valores estabelecidos neste artigo deverão ser anualmente atualizados de acordo com a variação do Índice Nacional da Construção Civil, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, a cada data de aniversário do presente estatuto social.

Capítulo VI

Diretoria

Artigo 18 - A Diretoria será composta por, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 9 (nove) membros, acionistas ou não, residentes no Brasil, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Vice-Presidente, um Diretor Vice-Presidente Executivo, um Diretor Financeiro, um Diretor de Relações com Investidores, um Diretor de Operações Financeiras, um Diretor de Incorporação, um Diretor de Engenharia e um Diretor Comercial, eleitos e destituídos pelo Conselho de Administração.

Parágrafo 1º - Os Diretores poderão cumular mais de uma das funções indicadas no caput deste artigo, mediante deliberação do Conselho de Administração.

Parágrafo 2º - O mandato dos membros da Diretoria será unificado de 2 (dois) anos, permitida a reeleição. Os Diretores permanecerão no exercício de seus cargos até a eleição e posse de seus sucessores.

Parágrafo 3º - Em caso de vacância de cargo de Diretor, definitiva ou temporária, o substituto será nomeado pelo Conselho de Administração, por meio da primeira reunião do Conselho de Administração subsequente.

Artigo 19 - A Diretoria reunir-se-á sempre que convocada pelo Diretor Presidente ou por quaisquer dois Diretores, em conjunto, sempre que assim exigirem os negócios sociais, com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis, e a reunião somente será instalada com a presença da maioria de seus membros. Será considerada regular a reunião de Diretoria em que todos os Diretores compareçam, independentemente de convocação prévia.

Parágrafo 1º - Em caráter de urgência, as reuniões da Diretoria poderão ser convocadas pelo Diretor Presidente sem a observância do prazo previsto no caput acima, desde que sejam inequivocamente cientificados todos os demais membros da Diretoria.

Parágrafo 2º - As deliberações nas reuniões da Diretoria serão tomadas por maioria de votos dos presentes em cada reunião, ou que tenham manifestado seu voto na forma do Parágrafo 5º deste artigo, cabendo ao Diretor Presidente, em caso de empate, o voto de qualidade.

Parágrafo 3º - O Diretor Presidente será substituído pelo Diretor de Incorporação, em suas ausências ou impedimentos temporários.

Parágrafo 4º - No caso de ausência temporária de qualquer Diretor, este poderá, com base na pauta dos assuntos a serem tratados, manifestar seu voto por escrito antecipado, por meio de carta ou fac-símile entregue ao Diretor Presidente, na data da reunião, ou ainda, por correio eletrônico.

Parágrafo 5º - As reuniões da Diretoria poderão ser realizadas por meio de teleconferência, videoconferência ou outros meios de comunicação. Tal participação será considerada presença pessoal em referida reunião. Nesse caso, os membros da Diretoria que participarem remotamente da reunião da Diretoria deverão expressar seus votos por meio de carta, fac-símile ou correio eletrônico.

Parágrafo 6º - Ao término de cada reunião deverá ser lavrada ata, que deverá ser assinada por todos os Diretores fisicamente presentes à reunião, por meio físico, eletrônico ou digital, no Livro de Registro de Atas da Diretoria. Os votos proferidos por Diretores que participarem remotamente da reunião da Diretoria ou que tenham se manifestado na forma do Parágrafo 5º deste artigo, deverão igualmente constar no Livro de Registro de Atas da Diretoria, devendo a cópia da carta, fac-símile ou mensagem eletrônica, conforme o caso, contendo o voto do Diretor, ser juntada a referido livro logo

após a transcrição da ata. As atas das reuniões da Diretoria da Companhia a serem registradas na Junta Comercial poderão ser submetidas na forma de extrato da ata lavrada no Livro de Atas de Reuniões da Diretoria, assinado pelo Secretário da Mesa da Reunião da Diretoria.

Artigo 20 - Compete à Diretoria a administração dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles para os quais, por lei ou por este Estatuto Social, seja atribuída a competência à Assembleia Geral ou ao Conselho de Administração. No exercício de suas funções, os Diretores poderão realizar todas as operações e praticar todos os atos necessários à consecução dos objetivos de seu cargo, observadas as disposições deste Estatuto Social quanto à forma de representação, à alçada para a prática de determinados atos, e a orientação geral dos negócios estabelecida pelo Conselho de Administração, incluindo os itens indicados no Parágrafo 1º abaixo, observadas as restrições legais e aquelas estabelecidas neste Estatuto Social.

Parágrafo 1º - Compete ainda à Diretoria:

- (i) zelar pela observância da lei e deste Estatuto Social;
- (ii) zelar pela observância das deliberações tomadas nas Assembleias Gerais e nas reuniões do Conselho de Administração;
- (iii) administrar e conduzir os negócios da Companhia, observadas as diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração, bem como a representação geral da Companhia, ativa ou passivamente, judicial ou extrajudicialmente;
- (iv) nomear procuradores, devendo especificar no mandato, os atos e operações que poderão praticar e a duração observado que, no caso de procuração para fins de representação judicial, arbitral e administrativa, poderá ser por prazo indeterminado;
- (v) proceder à alienação de bens do ativo, fazer acordos, contratar, contrair obrigações, celebrar contratos, confessar dívidas, abrir, movimentar e encerrar contas em estabelecimentos bancários ou de crédito, renunciar, transigir, dar e receber quitação conceder ônus reais e prestar garantias, com relação a qualquer direito ou obrigação da Companhia, desde que pertinente às operações sociais, observada alçada de deliberação do Conselho de Administração;
- (vi) autorizar a abertura e o encerramento de filiais no País ou no exterior; e
- (vii) emitir e aprovar instruções internas julgadas úteis ou necessárias, observado o disposto neste Estatuto Social e na regulamentação em vigor.

Parágrafo 2º - Compete ao Diretor Presidente coordenar, diretamente e indiretamente, a ação dos Diretores e dirigir a execução das atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia, competindo-lhe, dentre outras, as seguintes atribuições:

- (i) convocar e presidir as reuniões da Diretoria;
- (ii) administrar o dia-a-dia e os negócios da Companhia, incluindo a implementação das diretrizes e a execução das decisões tomadas em Assembleia Geral e nas Reuniões do Conselho de Administração;
- (iii) administrar e supervisionar os negócios da Companhia em geral; e
- (iv) emitir e aprovar regras internas que entenda necessárias.

Parágrafo 3º - Compete ao Diretor Vice-Presidente incluindo, mas não se limitando, as seguintes atribuições:

- (i) auxiliar o Diretor Presidente na coordenação da ação dos demais Diretores da Companhia;
- (ii) auxiliar o Diretor Presidente na direção da execução das atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia; e
- (iii) substituir o Diretor Presidente apenas em caso de vacância, observado o disposto no artigo 13, §2º acima.

Parágrafo 4º - Compete ao Diretor Vice-Presidente Executivo incluindo, mas não se limitando, as seguintes atribuições:

- (i) coordenar a ação do Diretor Financeiro da Companhia, e supervisionar suas atividades;
- (ii) planejar, definir e coordenar os estudos relacionados as novas oportunidades de negócios; e
- (iii) acompanhar e avaliar o mercado imobiliário e a performance da Companhia, contribuindo na definição de mudanças nas operações e estratégias da Companhia.

Parágrafo 5º - Compete ao Diretor Financeiro incluindo, mas não se limitando, as seguintes atribuições:

- (i) planejar, coordenar, organizar, supervisionar e dirigir as atividades relativas às operações de natureza financeira, contábil, fiscal e tributária da Companhia;
- (ii) gerir as finanças da Companhia;

- (iii) elaborar e revisar informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras da Companhia, bem como o relatório anual da administração da Companhia;
- (iv) definir e planejar a estratégia de financiamento de curto e longo prazos da Companhia, e seus instrumentos e política de investimento dos recursos;
- (v) controlar o cumprimento dos compromissos financeiros no que se refere aos requisitos legais, administrativos, orçamentários, fiscais e contratuais das operações, interagindo com os departamentos da Companhia e com as partes envolvidas;
- (vi) coordenar procedimentos de auditoria, controles patrimoniais, controles internos e gerenciais da Companhia;
- (vii) elaborar relatórios de natureza financeira e prestar informações relativas à sua área de competência aos órgãos da Companhia;
- (viii) orientar a Companhia na tomada de decisões que envolvam riscos de natureza financeira;
- (ix) propor as metas para o desempenho e os resultados das diversas áreas da Companhia, o orçamento da Companhia e acompanhar seus resultados; e
- (x) coordenar a avaliação e implementação de oportunidades de investimento e operações, incluindo financiamentos, sempre no interesse da Companhia.

Parágrafo 6º - Compete ao Diretor de Relações com Investidores incluindo, mas não se limitando, as seguintes atribuições:

- (i) representar isoladamente a Companhia perante os órgãos de controle e demais instituições que atuam no mercado de capitais (incluindo CVM, Banco Central do Brasil, B3, instituição escrituradora das ações de emissão da Companhia, entidades administradoras de mercados de balcão organizados), competindo-lhe prestar informações aos investidores, à CVM, ao Banco Central do Brasil, às bolsas de valores e mercados de balcão em que a Companhia tenha valores mobiliários de sua emissão admitidos à negociação, bem como demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, conforme legislação aplicável, no Brasil e no exterior;
- (ii) representar a Companhia perante o público investidor prestando as informações necessárias;

(iii) monitorar o cumprimento das obrigações dispostas no Estatuto Social pelos acionistas da Companhia e reportar à Assembleia Geral e ao Conselho de Administração, quando solicitado, suas conclusões, relatórios e diligências;

(iv) tomar providências para manter atualizado o registro de companhia aberta perante a CVM; e

(v) reportar ao Diretor Presidente qualquer situação relativa às questões referentes a relações com investidores da Companhia.

Parágrafo 7º - Compete ao Diretor de Operações Financeiras incluindo, mas não se limitando, as seguintes atribuições:

(i) coordenar as áreas financeiras, incluindo repasses, crédito e cobrança;

(ii) coordenar a obtenção de recurso perante instituições financeiras para financiamento da Companhia e de seus empreendimentos; e

(iii) responder pelas operações financeiras da Companhia, incluindo relações com autoridades, órgãos do governo e instituições financeiras.

Parágrafo 8º - Compete ao Diretor de Incorporação incluindo, mas não se limitando, as seguintes atribuições:

(i) coordenar a execução e aprovação dos projetos de cada empreendimento;

(ii) determinar as condições de comercialização e financiamento dos produtos;

(iii) auxiliar na prospecção de terrenos, no que tange a avaliação da demanda por segmento e região geográfica; e

(iv) substituir o Diretor Presidente em caso de ausência ou afastamento temporário deste, hipótese em que lhe incumbirá as funções, atribuições e poderes àquele cometidos pelo Conselho de Administração.

Parágrafo 9º - Compete ao Diretor de Engenharia incluindo, mas não se limitando, as seguintes atribuições:

(i) elaboração do orçamento preliminar dos empreendimentos;

(ii) supervisionar elaboração de cronograma de obras;

(iii) coordenar a execução das obras; e

(iv) reportar ao Diretor Presidente qualquer problema com andamento das obras.

Parágrafo 10 - Compete do Diretor Comercial incluindo, mas não se limitando, as seguintes atribuições:

- (i) definir, planejar e coordenar, em conjunto com as áreas de Crédito e Marketing, a estratégia comercial;
- (ii) coordenar as atividades comerciais ligadas aos lançamentos imobiliários, bem como as áreas de vendas e de consultoria imobiliária;
- (iii) supervisionar a equipe de vendas da Companhia; e
- (iv) acompanhar a estratégia de marketing para os produtos e institucional da Companhia.

Parágrafo 11 - Adicionalmente às competências fixadas por Lei, regulamentação específica ou por este Estatuto Social, as competências de cada Diretor poderão ser expandidas ou fixadas pelo Conselho de Administração.

Artigo 21 - Observadas as disposições contidas neste Estatuto Social, a Companhia considerar-se-á obrigada quando representada:

- (a) por quaisquer 2 (dois) Diretores, em conjunto;
- (b) por 1 (um) Diretor em conjunto com 1 (um) procurador, de acordo com a extensão dos poderes que lhe forem conferidos no respectivo instrumento de mandato; ou
- (c) pela assinatura isolada de qualquer Diretor ou de 1 (um) procurador, ficando estabelecido, entretanto, que a representação individual da Companhia está limitada aos seguintes atos: (i) representação da Companhia perante a Justiça Trabalhista, repartições e departamentos federais, estaduais e municipais, incluindo-se a Secretaria da Receita Federal, (ii) assinatura de correspondências, incluindo as correspondências bancárias; e (iii) endosso de cheques para depósito nas contas bancárias da Companhia.

Parágrafo Único - As procurações deverão vedar o substabelecimento e serão assinadas, em nome da Companhia, por 2 (dois) Diretores em conjunto, sendo que as procurações para fins judiciais, arbitrais ou administrativos, poderão ser assinadas por 1 (um) Diretor e 1 (um) procurador com poderes específicos e permitir o substabelecimento. As procurações deverão especificar os poderes conferidos e, com exceção daquelas para fins judiciais, arbitrais ou administrativos, terão período de validade limitado a, no máximo, 1 (um) ano.

Artigo 22 - Todo e qualquer ato praticado pelos membros da Diretoria, por procuradores ou por empregados da Companhia que forem estranhos ao objeto social e/ou aos negócios da Companhia, tais como cauções, garantias, endossos e outras garantias em favor de terceiros, sem que tenham sido prévia e expressamente aprovados nos termos deste Estatuto Social, serão expressamente proibidos e serão nulos e inoperantes.

Capítulo VII Conselho Fiscal

Artigo 23 - A Companhia terá um Conselho Fiscal não permanente, composto por 3 (três) membros e respectivos suplentes todos residentes no país, acionistas ou não, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral para mandato de 1 (um) ano, sendo permitida a reeleição.

Parágrafo 1º - O Conselho Fiscal terá um Presidente, eleito por seus membros na primeira reunião do órgão após sua instalação.

Parágrafo 2º - A posse dos membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, será feita mediante a assinatura de termo respectivo lavrado em livro próprio, que deve contemplar sua sujeição à cláusula compromissória arbitral referida no artigo 33 deste Estatuto Social, observados os termos previstos no Regulamento do Novo Mercado da B3, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

Parágrafo 3º - Os membros do Conselho Fiscal da Companhia deverão aderir às Políticas vigentes da Companhia, mediante assinatura dos termos de adesão aplicáveis.

Parágrafo 4º - Ocorrendo a vacância do cargo de membro do Conselho Fiscal, o respectivo suplente ocupará seu lugar. Não havendo suplente, a Assembleia Geral será convocada para proceder à eleição de membro para o cargo vago.

Capítulo VIII Exercício Fiscal, Demonstrações Financeiras e Distribuição de Lucros

Artigo 24 - O exercício social terá início em 1º de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano.

Parágrafo Único - As demonstrações financeiras serão auditadas por auditores independentes registrados na CVM, de acordo com as disposições legais aplicáveis.

Artigo 25 - Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e qualquer provisão de imposto de renda ou contribuição social sobre o lucro.

Parágrafo Único - Nos termos do artigo 190 da Lei de Sociedade por Ações, as participações estatutárias de empregados e administradores serão determinadas, sucessivamente e nessa ordem, com base nos lucros que remanescerem depois de deduzidos os montantes indicados no caput.

Artigo 26 - Do lucro líquido do exercício, apurado após as deduções mencionadas no artigo anterior, 5% (cinco por cento) serão destinados para a constituição da Reserva Legal, até que esta atinja 20% (vinte por cento) do capital social, sendo que no exercício em que o saldo da Reserva Legal acrescido dos montantes das reservas de capital exceder a 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal.

Parágrafo 1º - Após a destinação à Reserva Legal, uma parcela do lucro líquido, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de Reserva para Contingências, nos termos do artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações

Parágrafo 2º - Do lucro que remanescer, ajustado pela constituição da Reserva Legal e pela eventual constituição da Reserva para Contingências e a respectiva reversão, se for o caso, será destinado ao pagamento do dividendo obrigatório aos acionistas, o qual será, em cada exercício social, equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido anual ajustado na forma prevista pelo artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo 3º - O saldo do lucro líquido, após as deduções previstas acima, terá a destinação que lhe der a Assembleia Geral, na forma da lei aplicável.

Artigo 27 - Por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia poderá (i) levantar balanços semestrais, trimestrais ou de períodos menores, e declarar dividendos ou juros sobre capital próprio dos lucros verificados em tais balanços; ou (ii) declarar dividendos ou juros sobre capital próprio intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual.

Parágrafo Único - Os dividendos intermediários ou intercalares distribuídos e os juros sobre capital próprio poderão ser imputados ao dividendo obrigatório previsto neste Estatuto Social.

Capítulo IX

Alienação de Controle

Artigo 28 - Para fins deste Capítulo IX, os seguintes termos com iniciais maiúsculas terão os significados a eles atribuídos abaixo:

“**Controle**” (bem como seus termos correlatos “Controlador”, “Controlada”, “Controle” ou “sob Controle comum”) significa o poder efetivamente utilizado por acionista de dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Companhia, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito, independentemente da participação acionária detida;

“**OPA**” significa a oferta pública de aquisição de ações de companhia aberta, sujeita ou não a registro perante a Comissão de Valores Mobiliários.

Artigo 29 - A alienação direta ou indireta do Controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, quanto por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição de que o adquirente do Controle se obrigue a efetivar OPA tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação, na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante.

Artigo 30 - É facultada a formulação de uma única OPA, visando a mais de uma das finalidades previstas na regulamentação aplicável, desde que seja possível compatibilizar os procedimentos de todas as modalidades de OPA e não haja prejuízo para os destinatários da oferta e seja obtida a autorização da CVM quando exigida pela regulamentação aplicável.

Capítulo X

Acordo de Acionistas

Artigo 31 - A Companhia observará os Acordos de Acionistas registrados na forma do artigo 118 da Lei das Sociedades por Ações, cabendo ao Presidente das Assembleias Gerais e das reuniões do Conselho de Administração abster-se de computar os votos contrários aos respectivos termos dos Acordos de Acionistas.

Capítulo XI

Liquidação

Artigo 32 - A Companhia entrará em liquidação nos casos legais, cabendo à Assembleia Geral determinar o modo de liquidação e nomear o liquidante que deva funcionar durante o período de liquidação.

Capítulo XII **Resolução de Conflitos**

Artigo 33 - A Companhia, seus acionistas, administradores, membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores, e membros do Conselho Fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei 6.385/76, na Lei das Sociedades por Ações, neste Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do contrato de participação no Novo Mercado.

Capítulo XIII **Disposições Finais**

Artigo 34 - As disposições contidas no(s) (i) parágrafos 1º e 2º do artigo 1º; (ii) parágrafos 1º, 2º, 3º e 4º do artigo 13; (iii) parágrafos 2º, 3º e 4º do artigo 14; (iv) parágrafo 2º do artigo 23; (v) Capítulo IX; e (vi) artigo 33 deste Estatuto Social, assim como a natureza de companhia aberta, somente terão eficácia a partir da data de disponibilização pública do Anúncio de Início de Distribuição da primeira oferta pública de distribuição de ações da Companhia.

* * * * *